

TESE: TERRITÓRIOS EM AUTOGESTÃO: UMA LEITURA DAS FORMAS COMUNITÁRIAS DE ORDENAMENTO

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves

Doutorando: Cícero Luciano Ferreira de Castro

RESUMO

Nas últimas décadas, o ordenamento territorial tem se tornado um campo de intensos conflitos, impulsionados pela crescente articulação entre Estado, políticas públicas e interesses empresariais em territórios tradicionalmente ocupados por agricultores, que não se enquadram no atual modelo de desenvolvimento. Quando papel do Estado orientado pela racionalidade moderno-colonial priorizar o discurso da modernização, as políticas territoriais reforçam dinâmicas de desterritorialização. É nesse contexto que emerge a proposta de pensar um ordenamento territorial descolonial desde os debaixo. A pesquisa ancora-se no método dialético sob a perspectiva descolonial. A tese central consiste na gestão territorial em contexto des-colonial como alternativa de organização do território realizada desde os debaixo como alternativa de enfrentamento aos espaços de governança, sendo estes expressões da racionalidade moderno-colonial que desqualifica outras territorialidades e reforça a desterritorialização. A hipótese propõe que a inserção das empresas de economia mista na gestão pública intensifica esses processos ao alinhar políticas de desenvolvimento a interesses externos às comunidades. Contudo, em meio a essa lógica hegemônica, persistem experiências de resistência e reinvenção territorial que afirmam modos de vida autônomos e coletivos. O objetivo geral da pesquisa é analisar os conflitos e transformações territoriais no campo brasileiro a partir da atuação das empresas de economia mista, identificando a gênese de sua inserção na administração pública e investigando formas alternativas de ordenamento territorial produzidas desde os debaixo, assim, a categoria analítica central é o território. A estrutura da pesquisa se organiza em cinco eixos de análise. O primeiro deles realiza uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento científico, destacando a colonialidade do poder, do saber e do ser na constituição da ciência moderna, tornando-se o alicerce para a perspectiva descolonial capaz de fundamentar metodologias de campo como práticas reflexivas e comprometidas com a realidade. Na segunda frente de discussão, a superação dos modelos coloniais de governança evidencia experiências de autogestão e autonomia comunitária, de transição para formas participativas de gestão territorial tomando como referência a experiência no centro-sul do Chile e as zonas rurais no sul do Ceará no Brasil. O eixo metodológico apresenta o rigor técnico empregado no cruzamento de dados quantitativos e qualitativos,

destacando a dimensão ética do trabalho de campo como prática de escuta e vivência compartilhada. Em seguida, o estudo volta-se à discussão sobre os espaços de governança, problematizando a idealização do Estado moderno e seus mecanismos de gestão territorial seletiva. A análise cartográfica — realizada por meio de mapas em anamorfose — revela a concentração orçamentária e a perpetuação de desigualdades territoriais. Por último a seção Territórios e Sujeitos valorizam as experiências concretas das comunidades rurais do sul do Ceará como expressões de territorialidades populares que afirmam o pertencimento e constroem alternativas à lógica hegemônica. Assim, a pesquisa contribui para consolidar uma leitura descolonial do ordenamento territorial, reconhecendo os sujeitos coletivos como protagonistas da produção do território e como portadores de racionalidades outras, capazes de inaugurar caminhos para uma gestão territorial.

Palavras-chave: Ordenamento territorial. Agricultores. Governança. Gestão territorial descolonial.